

# PROJETO BRA/08/012 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
PROMOÇÃO DA  
SOCIOBIODIVERSIDADE, GESTÃO  
TERRITORIAL E AMBIENTAL E  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Foto: Andressa Zumpano.

# **OBJETIVO**

O objetivo principal do Projeto era fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista a fim de melhorar as condições de vida dessas populações

# RESULTADOS ESPERADOS

1. Iniciativas de capacitação em produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental do território para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais implantadas;
2. Cadeias produtivas e iniciativas associadas ao agroextrativismo e a sociobiodiversidade definidas e implantadas;
3. Políticas públicas de sustentabilidade socioeconômica e ambiental para o agroextrativismo, povos e comunidades e povos indígenas estruturadas e monitoradas;
4. Novo modelo de apoio ao agroextrativismo, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas elaborado e validado.

# HISTÓRICO

Em janeiro de 2009 o Projeto BRA/08/012 inicia suas atividades, inspirado fortemente na atuação dos Projetos BRA/99/025 e BRA/99/022, que trouxeram expressivos resultados na implementação das ações junto aos diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e populações agroextrativistas;

Foram realizadas revisões substantivas para rever prazos e orçamentos, sendo que nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017 as revisões apresentaram também alterações na estrutura, sendo acrescentadas atividades aos resultados propostos.

# **ORÇAMENTO**

**Vigência:** janeiro de 2009 a dezembro de 2018

**Valor orçamentário do BRA/08/012:** US\$ 10.510.115,23 **(até dezembro de 2017)**

**Valor integralizado:** US\$ 10.292.506,81 **(até dezembro de 2017)**

**Valor Executado 2009 a 2018 :** US\$

# PROMOÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Foto: Portal Ypadê.

# PROMOÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Algumas políticas públicas foram criadas a partir da atuação do Projeto 08/012 e outras sua implementação efetivada a partir das ações realizadas pelo Projeto. Na área da Promoção da Sociobiodiversidade, destacam-se as seguintes políticas públicas com relação direta à atuação do BRA/08/012:

Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO

Política de Garantia de Preços Mínimos aos Produtos da Biodiversidade – PGPM-Bio

Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - PLANAFE

# PNPSB

Em 21 de julho de 2009 é publicada a Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, que trata do Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). O Plano é a concretização da atuação de projetos anteriores e se transforma na política pública balizadora da atuação do Projeto BRA/08/012, para a promoção das cadeias de produção do agroextrativismo praticado por povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

O objetivo geral do PNPSB era:

**Desenvolver ações integradas para a promoção e desenvolvimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade**

# PNPSB

Foram realizadas diversas ações no âmbito da Promoção da Sociobiodiversidade, dentre elas destacam-se:

1. Construção de mapeamento de gargalos nas cadeias de produtos, como Babaçu e Castanha do Brasil;
2. Intermediação de negociações com empresas de grande porte, como Walmart, Pão de Açúcar, para comercialização de produtos da sociobiodiversidade;
3. Negociação com o BNDES para que as organizações da sociedade civil pudessem acessar recursos do Fundo Amazônia para financiamento de suas ações;
4. Construção da Rede de Serviços da Sociobiodiversidade, para apoiar as organizações nos processos de comercialização e identificar e solucionar gargalos;
5. Praça da Sociobiodiversidade;

# PNPSB

6. Construção de espaços estaduais de governança do PNPSB;
7. Realizados 10 diagnósticos de produtos em territórios prioritários de atuação: açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha do Brasil, copaíba, piaçava e pequi;
8. Publicação com os 18 Arranjos Produtivos Locais –APLs de produtos da sociobiodiversidade;
9. Publicação de 21 Cadernos Técnicos de boas práticas de manejo sustentável orgânico;
10. Apoio à participação social para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

# PNPSB

A implementação do PNPSB trouxe importantes lições aprendidas e ações a serem reforçadas:

1. Modelo de gestão com participação da sociedade civil e instâncias estaduais de acompanhamento e atuação;
2. A efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores/as familiares na construção e implementação das ações;
3. A visibilidade aos produtos da sociobiodiversidade é acoplada à visibilidade aos povos e comunidades tradicionais de maneira geral;
4. A necessidade de adequações em normas sanitárias, dentre outras, vigentes, que não acolhem a produção e comercialização de produtos da sociobio;
5. A importância da negociação para conquista de novos mercados consumidores e ações de divulgação, como a Praça da Sociobiodiversidade;

# PNPSB

6. A forma de atuação, acompanhamento e avaliação foram essenciais para a inserção do Plano no âmbito de uma política nacional, com recursos orçamentários e instâncias similares de gestão;
7. A inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na agenda de exportações, com produtos de qualidade e com valor sociocultural agregado;

# PNPSB

Aqui poderia entrar uma foto da Praça da Sociobiodiversidade. A Paula Ramos da Ascom tinha umas fotos bem bonitas da última que fizemos nas Olimpíadas

# PGPM-Bio

Com a certeza de que não bastava incluir produtos advindos da biodiversidade em listagem da Política de Garantia de Preço Mínimo e sim seria necessário modificar a lógica e garantir a inclusão dos produtos e dar visibilidade aos produtores, aos povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares, as ações conjuntas do MMA, MDA, CONAB, MF e MDS resultaram na criação do PGPM-Bio.

# PGPM-Bio

As principais vantagens de garantir um preço mínimo para os produtos da sociobio podem ser resumidas em:

1. Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais;
2. Redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas;
3. Valorização da floresta em pé;
4. Geração de renda;
5. Fortalecimento econômico e social das comunidades tradicionais e agricultores/as familiares extrativistas.

# PGPM-Bio

Com a publicação da Portaria Interministerial MMA/MDS nº 284, de 30 de maio de 2018, foram incluídas 101 espécies na Lista de Espécies Nativas da Sociobiodiversidade Brasileira de Valor Alimentício, podendo ampliar, ainda mais, a listagem de produtos a serem beneficiários da PGPM-Bio

Até 2018 já foram incluídos 17 produtos da sociobiodiversidade na Política, sendo as cinco regiões beneficiadas, atendendo com cerca de R\$ 1.400,00 por família e mais de 5 toneladas de produtos subvencionados.

# PGPM-Bio

Pensei em acrescentar o mapa do Brasil com os produtos subvencionados, mas não consegui a mídia aberta para realizar a cópia.

# PNAPO

A partir das experiências de implementação e gestão do PNPSB e tendo em vista que o governo federal articulava a construção de uma política nacional que pudesse promover a sistemas agroecológicos e produção orgânica, o MMA e demais parceiros na coordenação, MDA e MDS, entenderam que seria o momento de inclusão das ações do PNPSB em um eixo de atuação da política nacional em fase de gestação.

Desta maneira foi apoiada a realização de uma rodada de consultas e oficinas para mobilização e inclusão dos povos e comunidades tradicionais na discussão da nova proposta e participação no modelo de gestão da nova política.

# PNAPO

Foram apoiadas, ainda, as seguintes atividades:

1. Aporte de subsídios, a partir das experiência acumuladas, para elaboração dos Planos 2013-2015 e 2016-2019;
2. Aporte técnico para mobilização e funcionamento da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade dentro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO);
3. Suporte para a realização do II Seminário da Sociobiodiversidade, no âmbito da CNAPO;
4. Garantia de apoio para participação dos povos e comunidades tradicionais na CNAPO e outras instâncias e fóruns de participação social na estrutura de gestão da PNAPO e PLANAPO.

# PNAPO

Aqui seria legal incluir a linha do tempo do Plano, é bem didática e demonstra que a construção foi realizada durante o período de atuação do Projeto.

# PLANAFE

Aqui podia entrar uma foto da recente instalação da comissão do Planafe, não tenho nenhuma deste momento.

# PLANAFE

Em 2011 é realizado o I Chamado da Floresta, ação idealizada pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, com o intuito de unificar os povos da floresta e reforçar a necessidade de inclusão em políticas públicas e participação social na construção e implementação de políticas públicas, conclamando os órgãos do governo federal a participar da construção e escutar as propostas e demandas dos povos da floresta.

Foram realizadas, ao todo, três edições do Chamado da Floresta, sendo garantido o apoio para a realização das mesmas e a participação tanto de seus gestores máximos como de diversos técnicos nestes momentos de reunião de tantos povos da floresta.

# PLANAFE

A partir da experiência dos Chamados da Floresta e da construção de pauta de demandas ao governo federal, foram sendo realizadas reuniões que desembocaram na construção do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas. O Planafe é a concretização das demandas da sociedade civil representativa de povos e comunidades tradicionais que tem no extrativismo a sua identidade ou principal atividade socioeconômica, representando.

O Planafe, pode, inclusive, ser um importante instrumento de continuidade das ações para a próxima gestão, visto haver plano aprovado para execução a ser finalizada em 2019. Ferramenta essencial para agenda de transição governamental.

# PLANAFE

A atuação do Projeto BRA/08/012 foi essencial para a concretização do Planafe, sendo destacadas as ações de:

1. Aporte técnico para elaboração dos estudos que subsidiaram a elaboração do plano;
2. Viabilização do funcionamento do GT criado para discutir o plano com os diferentes órgãos de governo e da sociedade civil;
3. Suporte para o funcionamento da comissão intersetorial de coordenação do plano;
4. Apoio na realização da oficina de planejamento e elaboração do plano 2016-2019.

# PLANAFE

Aqui podia entrar a linha do tempo dos Chamados da Floresta e das distintas fases do Planafe.

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL



Foto: <http://www.iieb.org.br/files/8614/1441/4379/>

IMG\_1518.JPG.

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A construção de políticas nacionais de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e recentemente, também, em Territórios Quilombolas, foi ação fortemente influenciada pela atuação de Projetos como BRA/99/025 e BRA/08/012. Destaca-se, de maneira especial, a experiência acumulada com a execução da Carteira Indígena, apoio a projetos de organizações indígenas.

Foram apoiadas 84 iniciativas, sendo investidos mais de R\$ 2,6 milhões, Foram ainda apoiados diversos projetos para formação e construção de Planos de Gestão Ambiental e Territorial, sendo investidos, até 2018 o valor de R\$ **xxxx**

Em 2008 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de construir a proposta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Em 2009/2010, com apoio do projeto foram realizadas cinco consultas regionais e a proposta da PNGATI foi apreciada e aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), sendo, então, encaminhada para apreciação da Presidência da República.

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Dentre as principais ameaças e desafios enfrentados pelos Povos Indígenas, destacam-se:

- a) A integridade das terras indígenas e ao controle sobre acesso ao território;
- b) Mudanças nos sistemas econômicos (inserção na economia de mercado, produção em escala, novos hábitos de consumo);
- c) Mudanças no padrão de ocupação e uso do território (diminuição da mobilidade, concentração populacional devido a acesso a serviços, aumento da população);
- d) Alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão (relação com Estado e parceiros, movimento indígena, valorização das questões de gênero e geração)

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

A PNGATI tem como ferramentas para a gestão territorial e ambiental o etnomapeamento e o etnozoneamento. O etnomapeamento é o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

O etnozoneamento é o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um dos instrumentos de implementação da PNGATI. As reflexões das comunidades sobre a situação geral de seus territórios, bem como as formas de uso sustentável dos recursos naturais, o manejo da biodiversidade, assim como a situação de atividades centrais nas áreas de saúde, educação, produção sustentável, entre outras, são discutidas, consensualizadas e sistematizadas nos PGTAs. Neste sentido os Planos são os acordos comunitários sobre as estratégias de sustentabilidade das TI, devendo expressar o protagonismo e a autodeterminação indígena na negociação e estabelecimento de acordos - internos, entre as comunidades, e externos, com seus parceiros e vizinhos - que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena e a organização das demandas dos povos em processos de diálogo e negociação com o Estado brasileiro

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

A PNGATI tem contribuído de maneira importante para a revisão da forma de relacionamento dos povos indígenas tanto dentro do próprio território como na relação com o Estado e empresas.

Para dentro do território o processo de construção dos planos de gestão territorial e ambiental – PGTAs, geram um aprofundamento do conhecimento do território, necessidades e pertencimentos, unindo ainda mais as comunidades.

Para fora do território demonstra o amadurecimento dos povos e seu entendimento sobre o território e sobre as distintas formas de gestão que aportam para o mesmo.

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O BRA/08/012, apoiou a construção de diversos planos de gestão, os últimos projetos apoiados, com execução finalizada em 2018, foram PGTAs construídos em Terras Indígenas no Maranhão, terras que sofrem grandes pressões e ameaças externas:

- a) Associação Wyty Cate: TI Canela – Povo Canela;
- b) Associação Wyty Cate: TI Porquinhos – Povo Canela;
- c) Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova: TI Governador – Povo Gavião;
- d) Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Guajajara das Aldeias Maçaranduba, Santa Rita, Canoa, Nova: TI Caru – Povo Guajajara; e
- e) Associação Ka’apor ta hury do Rio Gurupi – Alto Turiaçu

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

Colocar a foto final da Oficina Nacional do PGTAQ

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

A partir da criação de Grupo de Trabalho de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas em 2013 o MMA em conjunto especialmente com a SEPPIR, começou a discutir, em parceria com Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, a criação de um Plano Nacional para a gestão territorial e ambiental em comunidades quilombolas. Este GT realizou algumas iniciativas para que o diálogo sobre este assunto envolvesse um número maior de representantes quilombolas.

Em 2016 foram realizadas oito oficinas, sendo duas nacionais e seis territoriais, realizadas em comunidades quilombolas: Alcântara (MA), Brejo dos Crioulos (MG), Lagoa dos Campinhos (SE), Erepecuru (PA), Kalunga (GO), Campinho da Independência (RJ).

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

Em 2017 é formado um novo GT com mais órgãos de governo envolvidos, como Incra, Serviço Florestal Brasileiro, Fundação Cultural Palmares, para debater a minuta de diretrizes e construir os próximos passos. É definida a realização de uma nova rodada de oficinas territoriais e uma nacional. Assim, são realizadas sete oficinas territoriais envolvendo cerca de 320 quilombolas de 18 estados.

As oficinas foram realizadas nos seguintes Territórios Quilombolas: Resex do Frechal (MA), Ribeirão Grande (SP), Pitanga dos Palmares (BA), Estivas (PE), Paiol de Telhas (PR), Brejo dos Crioulos (MG) e na cidade de Santarém (PA).

# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**

O apoio realizado pelo Projeto BRA/08/012 foi essencial para que esse processo de construção e pactuação das Diretrizes para uma política de Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas fosse realizada.

Foram produzidos importantes materiais de suporte às discussões, como a Cartilha de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, o Documento base de subsídios para a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e relatório da oficina nacional que debateu o documento base de subsídios.

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Encaminhamentos importantes foram tirados da Oficina Nacional, ressaltado a importância do protagonismo das comunidades quilombolas na agenda e da parceria com o MMA no processo de construção:

1. Elaborar uma publicação com a o conteúdo do documento base que o ISA vai finalizar com as considerações tiradas do Encontro Nacional e do GT;
2. Criação de um GTI com participação da CONAQ para propor a formalização das diretrizes para GTAQ (portaria e decreto);
3. Continuar a articulação para apresentação de um projeto de Lei que estabelecerá a Política Nacional de GTAQ.

# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Acrescentar foto de reunião da CNPCT

# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

As ações executadas pelo Projeto BRA/08/012 oportunizaram o incremento da participação direta dos povos e comunidades tradicionais na construção e implementação de suas ações, como já mencionado nos itens anteriores. Entretanto, cabe destacar a crucial importância do projeto para a manutenção e realização, em conjunto com o MDS, do processo de reuniões, encontros e consultas da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT e outras instâncias surgidas a partir desta, como a Mesa de Diálogos com as Quebradeiras de Coco Babaçu, Oficinas para regulamentação da Lei 13,123, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e o GT CAR/PCT.

# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Com o apoio do Projeto foram realizadas, em parceria com o MDS, reuniões ordinárias e extraordinárias da CNPCT nos anos de 2009 a 2016.

Foram realizados, também em parceria com o MDS, cinco encontros regionais e o II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O projeto também apoiou a realização das reuniões do GT de Transição, responsável pela condução do processo pós II Encontro Nacional.

# PARTICIPAÇÃO SOCIAL



# **MESA DE DIÁLOGO QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**

No material que tenho não há menções diretas à formação e atuação da mesa, porém, como a viabilização das reuniões foi feita com apoio do 08/012 entendo que caberia ao menos um slide falando desta atuação. Podem me mandar as informações que acrescento aqui.

# **OFICINAS LEI 13.123**

Aqui ocorre o mesmo que a mesa de diálogos, lembro de termos realizado as oficinas em conjunto, sendo parte dos recursos do 08/012. acho que cabe uma menção, foi um importante processo para os PCTs.

# GT DE TRANSIÇÃO

Ao final do II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais foi definida a formação de um Grupo de Trabalho de Transição com o objetivo de efetivar uma das principais decisões do processo de encontros de 2013/2014, a transformação da Comissão Nacional em Conselho Nacional.

O GT tinha uma formação majoritária dos segmentos de povos e comunidades tradicionais, governo e MPF. A primeira grande decisão do GT foi sobre a construção do tipo de instrumento que seria utilizado para dar concretude ao conselho nacional.

# GT DE TRANSIÇÃO

O GT realizou oito reuniões durante o ano de 2015, e na última reunião do ano da CNPCT, a 28<sup>a</sup>, apresentou uma proposta de minuta de instrumento, que tanto poderia ser um projeto de lei como um decreto, para apreciação do pleno da comissão nacional.

Em maio de 2016, durante a 29<sup>a</sup> reunião ordinária da CNPCT foi aprovada a versão, com algumas alterações, e submetida à apreciação da presidência da República.

Uma outra versão foi encaminhada ao Congresso Nacional para ser apreciada e apresentado um Projeto de Lei. A versão apresentada ao CN previa que o conselho seria uma instância deliberativa e apresentava outras pequenas diferenças da minuta de decreto.

# CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Foto: Thays Puzzi.

# **CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Como resultado dos trabalhos do GT de Transição, em 07 de maio de 2016 é publicado o Decreto nº 8.750, constituindo o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Esta foi a concretização de uma importante vitória dos povos e comunidades tradicionais que iniciaram um longo processo de avaliação da CNPCT, iniciado em 2012, e que apresentou uma nova proposição de formato para a atuação dos PCTs junto ao Estado brasileiro.

Ainda em maio de 2016 foram designados os conselheiros que permaneceram da composição da CNPCT e foram iniciados os trabalhos para eleição da nova instância.

# **CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Em julho de 2017 são designados, por meio de portaria do MDS, os/as conselheiros/as do CONPCT e o conselho efetivamente inicia seus trabalhos, realizando a composição do primeiro grupo de trabalho para realizar o diálogo com o Serviço Florestal Brasileiro da inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais no Sistema do Cadastro Ambiental Rural.

# GT CAR/PCT

Em setembro de 2017 é constituído o GT CAR/PCT no âmbito do CONPCT. O GT agrega em sua composição membros do grupo de trabalho para debater o CAR entre as comunidades quilombolas que estava realizando reuniões há dois anos.

Assim, a composição do GT é formada pela indicação de conselheiros/as pelos Biomas, sendo alguns ecossistemas bem característicos, também incluídos, ainda que não sejam efetivamente biomas, e também com indicações feitas pela CONAQ.

O GT já realizou seis reuniões, sendo diretamente apoiado pelo BRA/08/012, e sua atuação já apresenta importantes resultados.

# GT CAR/PCT

1. Homologação pelo GT CAR/PCT do módulo PCT no SICAR para inserção dos Territórios Tradicionais;
2. Construção de orientações aos órgãos estaduais de meio ambiente sobre como devem ser realizadas as consultas livres, prévias e informadas antes da inserção de Territórios Tradicionais no SICAR, e como devem ser realizados os processos de capacitação para inserção destes Territórios;
3. Contratação de consultorias para a produção de material com base jurídica para inclusão diferenciada e legislação a ser observada tanto na inclusão como na análise dos cadastros dos Territórios Tradicionais;

# GT CAR/PCT

4. Realização de capacitações nos estados para inclusão dos Territórios no SICAR, já foram realizadas cinco oficinas e outras já estão previstas;
5. Realização de oficinas com OEMAs para informação sobre o que são PCTs, legislação a ser observada e inclusão dos TTs no SICAR;
6. Realização de capacitação dos membros do GT para inclusão direta de Territórios no SICAR.

# GT CAR/PCT

CAR - Módulo de Cadastro



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

BAIXAR IMAGENS   CADASTRAR   GRAVAR PARA ENVIO   ENVIAR   RETIFICAR

## CADASTRO DE IMÓVEIS

Novo Imóvel Rural

- IMÓVEL RURAL
- TERRITÓRIO TRADICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**
- IMÓVEL RURAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Ministério do Meio Ambiente

CAR MÓDULO DE CADASTRO